

HISTÓRIA DA LÍNGUA / ENSINO DA LÍNGUA *

Pretendo, neste trabalho — e como está patente na expressão justaposta História da Língua/Ensino da Língua que constitui o seu título —, chamar a atenção para certas conexões possíveis entre o estudo da história de uma língua (ou da linguística histórica em geral) e o ensino dessa mesma língua, procurando sublinhar a importância do estudo da História da Língua na formação dos professores de língua materna.

Tradicionalmente, a História da Língua Portuguesa está ligada a duas áreas do ensino do Português:

- o estudo dos fenómenos atestados de mudança lexical (etimologia e de mudança fonética);
- o estudo das variedades da língua.

Estas duas áreas não devem constituir compartimentos estanques, uma vez que as mudanças historicamente determinadas e a variação detectada em sincronia (contemporânea) são aspectos de um mesmo fenómeno: a variação da língua. Nesta perspectiva, tentarei ilustrar, apresentando uma proposta de análise de testemunhos de uma sincronia do passado — textos medievais, neste caso —, fenómenos de mudança diacrónica (semântica e fonética) historicamente determinados, sem deixar de considerar também esses textos como um corte sincrónico representativo de um *momento* do passado da língua, a partir do qual podem ser feitas incursões retrospectivas e prospectivas no percurso histórico de determinadas formas. Paralelamente, ao considerar esses testemunhos de uma sincronia do passado como um corte sincrónico, é importante fazer ressaltar a sistematicidade de aspectos específicos do estado de língua que representam como,

* Reproduzo neste artigo, com algumas alterações pontuais, o texto de uma comunicação apresentada às *VI Jornadas de Formação de Professores* da Universidade Católica Portuguesa (Viseu, 1995).

por exemplo, o sistema fonológico (em estreita relação com a ortografia) ou algumas características da morfo-sintaxe.

Tentarei ainda mostrar, por outro lado, que a análise das variedades sincrónicas da língua pode ser encarada quer como estudo da inscrição em sincronia de diversas fases históricas do idioma, quer como observação de mudanças em curso numa fase mais ou menos adiantada de expansão.

No âmbito da formação científica do professor de Português, o estudo da História da Língua implica a aquisição de diversos tipos de saber: o conhecimento do funcionamento da evolução linguística que engloba a compreensão de fenómenos de evolução fonética e analógica definidos em si mesmos e/ou integrados numa explicação ampla da evolução de um sistema linguístico em geral; o conhecimento das fases de expansão/propagação das mudanças e a regularidade da variação; o conhecimento particular de fenómenos de variação histórica cronológica e geograficamente determinados — os da língua portuguesa. Para além disso, o estudo da História da Língua confere também uma capacidade de tratamento crítico do testemunho, seja este relativo a sincronias do passado (análise de textos com maior ou menor grau de antiguidade) ou a mudanças recentes ou ainda em curso (análise de textos actuais como entrevistas, fragmentos de discurso oral, etc).

A formação em História da Língua dá, portanto, ao professor de língua materna, uma competência diversificada que poderá assumir formas muito variadas na prática do ensino. Assim, por exemplo, o conhecimento profundo do fenómeno de variação terá certamente repercussões na atitude do professor perante as produções horizontal e verticalmente diferenciadas dos seus alunos, uma vez que esse conhecimento implica não apenas saber o que é a variação mas também ter consciência do carácter não motivado, do ponto de vista linguístico, quer dos fenómenos de atribuição de prestígio às diferentes variedades quer do carácter accidental da situação geográfica das mesmas.

Será também seguramente afectado por essa formação o modo de tratamento dos textos antigos que, segundo os actuais Programas, continuam o único testemunho de aspectos relacionados com a evolução, sendo encarados como possíveis repositórios de (interessantes) fenómenos históricos¹.

¹ Sobre este e outros aspectos da inadequação dos Programas de Português no que respeita à História da Língua, ver PRISTA, L. — *Os Novos Problemas de Português e a História da Língua*, in “Documentos do Encontro sobre os Novos Problemas de Português”, Lisboa, 1991, pp. 37-43.

A análise desses textos não deverá esgotar-se numa procura de “curiosidades” etimológicas (lexicais ou fonéticas) mas tornar-se mais ampla, abrangendo todo o sistema fonológico de sincronias do passado, relacionando-o com a múltipla variação patente no português moderno e tratando também de aspectos morfossintáticos característicos.

É evidente que os conhecimentos de História da Língua nem sempre serão directamente objecto de ensino/aprendizagem, mas constituirão uma base formativa e informativa do professor que irá possivelmente moldar e fecundar a sua prática pedagógica. E essa formação vai torná-lo apto/habilitado para resolver a tarefa de transmissão adequada dos itens programáticos relacionados com a inserção da língua na história, na continuidade de uma tradição linguística e institucional.

As rubricas que, nos Programas de Português, dizem respeito a fenómenos de natureza diacrónica são aspectos geralmente considerados de carácter informativo e não interactivo e constituem como que um resíduo, um pouco marginal, mantido talvez por respeito à tradição dos estudos filológicos. Creio, porém, que o professor com uma boa formação em história da língua está habilitado para fazer mais do que habitualmente se lhe pede no âmbito da linguística histórica. Tentarei mostrá-lo nesta exposição, sublinhando dois aspectos da relação que é possível e desejável estabelecer entre a História da Língua e o ensino da Língua, a saber:

- o tratamento de testemunho de sincronias do passado (análise de textos)
- o tratamento da variação em sincronia: as variedades da língua portuguesa.

Análise de textos do passado

O estudo de textos de outras épocas constitui, sem dúvida, um momento privilegiado da aula de português para a reflexão sobre a origem e evolução da língua. O estudo da linguística histórica confere particular competência para o tratamento de textos de sincronias do passado, uma vez que implica que se adquira a noção da necessária crítica do testemunho. Sobretudo no que respeita a textos medievais, é necessário ter em conta dados materiais da leitura do manuscrito, e devem, por isso, ser utilizadas edições críticas cuidadas que tenham os critérios de transcrição explicitados e que possibilitem o acesso ao texto original.

Os textos de sincronias do passado podem não ser estudados exclusivamente como objectos culturais/literários representativos de épocas da história da literatura portuguesa; são igualmente testemunhos linguísticos de estados de língua afastados no tempo. E a falta de conhecimento da língua da época vai seguramente acarretar dificuldades de interpretação desses textos que não deixarão de afectar a compreensão da sua representatividade cultural e literária.

Tradicionalmente, a análise linguística do texto medieval ocupa-se sobretudo com o levantamento de termos marcados do léxico, característicos do estado da língua em questão por estarem ausentes em sincronias posteriores. É o caso, por exemplo, de algumas palavras do vocabulário vernáculo medieval que serão substituídas por termos introduzidos no século XVI, num processo de “relatinização” lexical; haverá sempre nos textos exemplos de palavras que recuarão em estados posteriores perante neologismos renascentistas. Atente-se, a título de exemplo, nos pares *ditoso/ledo* — *feliz, coita* — *pena* ou *sanha* — *ira*. Os termos abandonados são sentidos hoje como arcaísmos, marcados por um “sabor” medieval, porque ou caíram em desuso ou desapareceram em estados linguísticos posteriores, sendo substituídos por termos que são formas eruditas e neológicas². É muito característico da língua do séc. XVI este fenómeno de importação de vocábulos latinos que constituiu uma verdadeira relatinização do léxico português. Nesta adopção e uso de palavras latinas importadas foi relevante o papel de diversos autores quinhentistas sendo provavelmente “Os Lusíadas” de Camões o exemplo mais significativo deste fenómeno. Estes termos alatinados, extremamente frequentes no poema camoniano, não tiveram todos a mesma divulgação, nem sobretudo o mesmo futuro. Alguns, raros ou até desconhecidos entre outros autores seus contemporâneos, não sobreviveram: é o caso de palavras como *altissono*, *crástino*, *potestade* ou *rábido*. Outros, no entanto, entraram no vocabulário culto, literário e muitas vezes comum e não são sentidos como lati-

² Ver CARVALHO, J. G. Herculano de — *Contribuição de “Os Lusíadas” para a renovação da Língua Portuguesa*, Sep. da «Revista Portuguesa de Filologia», vol. XVIII, Coimbra, 1980, p. 38. Esta hipótese de análise, proposta por Herculano de Carvalho, é muito sugestiva para a prática pedagógica, apesar de se notar alguma imprecisão na delimitação dos conceitos de “latinismo natural” e de “latinismo não natural”; de facto, não é tida em conta a multiplicidade de factores potenciais que favorecem ou desfavorecem a posterior entrada dos vocábulos no léxico comum.

nismos no uso moderno do português. É verosímil que a substituição das formas vernáculas *ditoso* ou *ledo* pela forma culta alatinada *feliz* fosse sentida, na época, como uma aberração de eruditismo, mas essa mesma palavra não desperta certamente esse sentimento no falante do português actual, o mesmo se passando com palavras como *admitido*, *aluno*, *máquina* e *moderno*, entre muitas outras; é também sentida hoje como natural a formação dos superlativos em *-íssimo*, que só surge na língua comum a partir do século XVI. Estes factos demonstram o êxito da importação vocabular renascentista, que está na base de casos do fenómeno de *divergência* patentes no português actual: certas palavras latinas apresentam mais do que um resultado:

PLANU — chão plano	PLENA — cheia/ preia(mar) plena
MACULA — malha/ mancha/ mágoa mácula	FACTU — feito facto

Nota-se que uma das palavras (*plano*, *mácula*, *facto*, *plena*) é muito próxima da latina porque, tendo entrado tardiamente na língua, não sofreu alterações fonéticas significativas. É comum dizer que estas palavras são de “via erudita” opondo-as às de “via popular”; estas designações têm em conta, por um lado, a introdução das palavras (no caso das eruditas) pela acção de autores de textos literários, e por outro lado, o facto de estas palavras se manterem num uso de língua restrito, mais culto. No entanto, se é defensável a hipótese de nem todos os falantes de português usarem a palavra *mácula*, nem todos os latinismos renascentistas são hoje palavras eruditas. Nos casos de *divergência*, além do processo diferente de entrada na língua, é também importante o momento histórico diferente em que entram no vocabulário do português. Há, portanto, no fenómeno de *divergência* uma dimensão cronológica que é fundamental e que não está muito clara nas designações, muito correntes, “via erudita” e “via popular”.

É também oportuna, na análise de textos medievais³, a referência à alteração do significado (evolução semântica) sofrida por diversos vocá-

³ Para a caracterização do Português medieval utilizei sobretudo as propostas por TEYSSIER, P. — *História da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1982, pp. 24-32, e NETO, S. da Silva — *História da Língua Portuguesa*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, 1979, pp. 397-425.

bulos ao longo dos tempos. Assim, termos medievos como *guisa/guisado*, *catar*, *freesta*, *adubar* ou *salvar* vão mater-se no léxico, com um sentido e uso afim mas mais restrito, ou seja, com perda ou ganho de alguns semas e especificação de outros.

Um termo como *guisa* (germânico **wisa*) suscita também a consideração de um outro processo envolvido na formação do léxico do português: a influência de superestrato germânico, um tipo de influência linguística que é também muito notório na antroponímia e na toponímia.

A referência ao conceito de empréstimo/estrangeirismo é igualmente convocada, no estudo desta fase da língua, pelo número de empréstimos do francês e do provençal que se podem detectar. Recorde-se que na Reconquista e repovoamento do território foi importante a acção de cavaleiros e de ordens religiosas como Cluny/Cister e que os contactos políticos e culturais foram também significativos, sobretudo a partir de Afonso III⁴. Assim, na lírica trovadoresca, são de origem franco-provençal termos como *sirventês*, *lais*, *trobador*, *trobar*, *refrão*, *cobra*, *jogral*, *entendedor* e, mesmo no léxico comum do português medieval, aparecem empréstimos como: *linhagem*, *portagem*, *frei*, *monge*, *fol*, (*folia*, *folião*), *manjar*, *libré*, *maré*, *gabar*, *albergue*, *esmalte*, *chapéu*, *chaminé*, *manjar*, *rouxinol*, *framboesa*, *assaz*, *alegre*...

Neste domínio do estudo do léxico, seria interessante e formativo realizar actividades pedagógicas que envolvessem, por exemplo, a consulta de dicionários etimológicos, pesquisas de toponímia, antroponímia e patronímia, actualização de textos a partir de um trabalho de "tradução", de adaptação lexical...

Mas a análise do léxico pode ainda ser alargada ao léxico gramatical "arcaico". O estudo das partículas gramaticais tem pelo menos dois aspectos históricos a ter em conta: a queda em desuso e a evolução fonética e/ou semântica. De facto, há preposições, advérbios e conjunções que ou desapareceram ou adquiriram um sentido/uso diferente: *hu* (onde), *eiri* (ontem), *ogano* (este ano), *mentre* (entretanto), *empero* (mas), *suso* (acima); quando o uso de certas partículas sofreu este tipo de evolução, torna-se necessário um esclarecimento do seu sentido nas sincronias do

⁴ Ver a este propósito TEYSSIER, P. — *Op. cit.*, p. 33.

passado que possibilite a adequada leitura do texto. Ilustrando com alguns exemplos:

— uma conjunção de uso multifacetado como, por exemplo, *ca* pode apresentar três sentidos/ usos:

ca causal (< quia), de uso muito mais frequente do que *porque*

ca comparativo (< quam)

ca integrante (< quam)

— a conjunção *mais* (= mas) é homônima do adverbial comparativo e mantém com ele alguma afinidade semântica.

— a conjunção *por ende* sofre uma aglutinação e uma alteração semântica e pragmática que a transforma de conclusiva (= por isso) em contrastivo (= mas).

No que diz respeito à flexão verbal, podem ser referidos os participios em *-udo* dos verbos da 2.^a conjugação, que prevalecem ainda hoje esteriotipados em substantivos como *conteúdo*, *soluto* ou em nomes próprios como *Temudo*.

Merecem também referência: as 2.^{as} pessoas do plural do presente do indicativo — *amades*, *cuidades*, *queredes* — que sofrerão fenómenos de síncope já em plena Idade Média; as 1.^{as} pessoas do singular do presente do indicativo de certos verbos como *arço* (= ardo) que vão sofrer uma regularização analógica a partir do paradigma do verbo, enquanto noutros casos a acção da analogia não se efectivou e a regularização não se verificou como em *ouço* (*ouvo* seria a forma analógica). Esta referência poderia dar lugar a uma observação sincrónica de fenómenos de analogia que são típicos da linguagem infantil.

A análise textual não deve, no entanto, ser limitada ao nível semântico-lexical, deve abarcar todos os níveis do sistema da língua.

Há certas características fonético/fonológicas do português, na fase medieval, que são do maior interesse. Começando por aspectos evidentes, podem ser observados os hiatos: *leer*, *pee*, *paaço*, *freesta*, *ũa*, etc...; a frequência de hiatos, uma característica tão específica do português medieval, resulta de um fenómeno de evolução fonética relativamente recente que é a queda de consoantes sonoras intervocálicas, fenómeno que se prolonga, aliás, durante a própria Idade Média. Esta síncope de *- d -*, *- g -*, *- l - e - n -* é até específica do galego-português no que diz respeito à nasal e à lateral.

Pode ainda ser observada a maior diversidade de terminações nasais, que se mantêm distintas até ao século XV. Esta chamada de atenção para as diferentes terminações nasais que posteriormente irão convergir para *-ão* esclarece o problema da flexão de número das palavras terminadas em *-ão*, que é aparentemente irregular no português moderno.

cane	ãm	-anes	cães
leone	õm	-ones	leones
manu	ã-o	-anus	manus

Só a partir da análise das rimas, por volta de 1500, se comprova a uniformização das terminações em *-ão*⁵. Duas dessas terminações sofrem fenómenos de apócope, as restantes um fenómeno de síncope. O ditongo que surge no plural resulta da sinérese que combina as vogais do étimo latino. E há três combinatórias possíveis como se sabe: /ãj/, /õj/, /ãw/.

Mas há também nos textos medievais “evidências” que não se vêem. Escapa ao leitor moderno que não seja especialista e/ou que não esteja “avisado”, o fonetismo da ortografia da época; isto porque a opacidade do código ortográfico actual torna o leitor moderno insensível à transparência da ortografia medieval. Ora a ortografia medieval, que poderemos considerar de dominante fonológica, é relativamente fiel na representação do sistema fonológico da época, particularmente no que respeita aos fonemas novos⁶, como por exemplo:

— uma nasal palatal /ŋ/ *nh*, e uma lateral palatal /λ/ *lh*, resultantes da palatalização de consoantes em contexto de *i*, *e* em hiato como em *vinia-vinha*, *palea-palha*;

— duas sibilantes pre-palatais /ç/ e /ʒ/ com ortografia respectiva *x* e *g*, *j*

— uma consoante africada pre-palatal /tç/ com ortografia *ch*

— duas africadas pre-dorso-alveolares /ts/ /dz/ correspondentes respectivamente às ortografias *ç* *c* *i/e* e *z*.

⁵ Cf. TEYSSIER, P. — *Op. cit.*, pp. 46-47.

⁶ Para uma análise mais detalhada da representação gráfica dos novos fonemas e de casos de não correspondência grafema-fonema ver FERREIRA, J. de Azevedo — *O papel da História da Língua na aula de Português*, in “Diacrítica”, n.º 3-4, Braga, 1988-1989, pp. 83-85.

Todas estas consoantes resultam da alteração de consoantes latinas áptico-dentais e velares que sofreram fenómenos de palatalização. De referir ainda duas sibilantes áptico-alveolares /s/ e /z/ que correspondem às ortografias com *s-*, *-ss-*, *-s* e *-s* - intervocálico. Mantêm a ortografia latina, não assinalando os fenómenos de simplificação da sibilante dupla e de sonorização da simples intervocálica. Ou seja, no galego-português a ortografia (re)produz um sinal (letra ou dígrafo) para cada fonema.

Posteriormente, haverá diversos fenómenos de evolução fonética (que determinarão até convergências de palavras) e que não serão acompanhados de reforma ortográfica correspondente. Estas observações permitem compreender como se foi chegando à situação de não-correspondência entre fonema e sinal ortográfico do português actual que, como é sabido, se pode revestir de diversos aspectos:

— um fonema único representado por mais do que um grafema:

/ʒ/ gente, jeira, janeiro

/k/ cada, quinze, quem

/s/ passo, paço

/z/ coser, cozer

— um mesmo grafema representa vários fonemas:

x /ç/ /ks/ /s/ /z/

enxame, léxico, sintaxe, êxito

qu /kw/ /k/

quando, quinta

— os casos, menos problemáticos, em que a variação de grafema depende do contexto como

/k/ = *c* antes de *a/o* e *qu* antes de *i/e*

/g/ = *g* antes de *a/o* e *gu* antes de *i/e*

Não é só em relação ao sistema consonântico que se verifica a evolução fonética não acompanhada de correspondente evolução ortográfica. Também sofreu acentuada evolução o sistema das vogais em posição átona que tinha, no galego-português, a seguinte configuração:

átonas pretónicas

i u

e o

α

átonas finais

i /e o /u

α

No que respeita ao *e* e *o* pretónicos e ao *e/i* final, fonemas que, por razões que adiante explicitarei, me interessa particularmente destacar, essa

configuração está devidamente representada na ortografia, como revela a análise dos seguintes exemplos:

e pretónico: chegar, pedir, demanda, senhor, Fernando, querer
o pretónico: comer, morar, floresta, nomear
e/i final: verde, perde, gente, disse, ele

A observação destes exemplos pode levar, com efeito, a dois tipos de conclusões: houve uma evolução fonética do período medieval até aos nossos dias e, se se verificam na actual ortografia oficial portuguesa fenómenos de não correspondência fonema/grafema é porque essa ortografia conserva vestígios de sistemas fonológicos do passado (medievais ou renascentistas). Na maioria dos casos, só o recurso à etimologia poderá explicar a convenção da correspondência entre fonemas e grafemas: se a ortografia oficial portuguesa não traduz o sistema fonológico actual é porque perpetua em parte o sistema do português medieval, época em que surge, convém recordar, a escrita em língua romance portuguesa.

Então, questionar a ortografia medieval equivale não só a tomar consciência do sistema fonológico do português da época mas sobretudo a levantar uma série de fenómenos de alteração fonética que conduziram ao português actual.

Nem todas as variedades do português, porém, sofreram todos esses fenómenos evolução. Algumas áreas dialectais conservadoras mantêm realizações que remontam ao período medieval ou ao séc. XVI.

Por exemplo, as que mantêm *e* e *o* pretónicos sem qualquer alteamento: pêdir, mêdir, Fêrnando, cômer, môrar; estou a referir-me, concretamente, ao conjunto das variedades do português do Brasil que mantêm, neste caso, a pronúncia do século XVI, enquanto o português europeu evidencia um processo acentuado de alteração que consiste num alteamento/fechamento progressivo de *e* e *o* átonos.

Confronte-se a pronúncia brasileira (semelhante à medieval ou renascentista) com a pronúncia portuguesa em palavras como:

1) <i>e</i> / <i>ð</i>	<u>pedir</u> pêdir/p'dir	<u>pessoa</u> pêssoa/p'ssoa	<u>feriado</u> fêriado/f'riado
2) <i>o</i> / <i>u</i>	<u>morar</u> môrar/murar	<u>coração</u> côração/curação	<u>comer</u> cômer/cumer

Note-se, portanto, que o Português do Brasil, no que diz respeito às vogais átonas, é conservador e está longe de constituir “deturpação” moderna de uma norma europeia. Pelo contrário, apresenta marcas de fases antigas do idioma⁷. É até possível verificar que certos versos de Camões, ou da lírica trovadoresca medieval, mantêm o número de sílabas numa leitura “brasileira” e não o mantêm numa leitura “portuguesa” devido ao fechamento de timbres vocálicos que entretanto se deu no português europeu.

Mas há mais exemplos:

Considerando o panorama dialectal de Portugal, verifica-se que há variedades que mantêm a oposição entre o *x* /s/ de *deixar* e o *ch* /tʃ/ de *chamar*, *cachopa*. e em que observa uma realização de sibilantes ápico-alveolares face à realização predorso-alveolar da norma-padrão. Outras variedades (ou as mesmas) mantêm o ditongo /ow/ *sou*, *andou*, face à monotongação da norma padrão. Outras ainda mantêm terminações nasais em /ã/ — *bençã*. Algumas variedades mantêm o /e/ átono final e pretónico realizado como /i/ (menos alteado do que no português padrão) *fizesti*, *sinh*or, *mil*hor, etc..

Estou a referir, no seu conjunto, alguns fenómenos que caracterizam as variedades nortenhas do Português que se tornaram, de um modo geral, variedades desprestigiadas na sequência, como é sabido, do fenómeno histórico de deslocação da zona de poder e decisão para o Centro/Sul. Ora, qualquer tentativa de eventual reconstituição da leitura em português medieval ou renascentista passaria pelo recurso a variedades dessas áreas dialectais conservadoras. Ora, em contexto escolar, talvez possa ser gratificante para alunos que têm como variedade de pertença variantes diatópicas ou diastráticas desprestigiadas, descobrir que elas detêm uma outra forma de “prestígio”: histórico, cultural, tradicional, patrimonial. Esta tomada de consciência poderá ter um papel despenalizante e, ao mesmo tempo, motivá-los para o estudo de textos que testemunham estados de língua afastados no tempo⁸.

⁷ Cf. RÉVAH, I. S. — «L' évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVIème siècle à nos jours» (1956), reproduzido in *Études Portugaises*, Paris, 1975, pp. 1-13 e CARVALHO, J. G. Herculano de — «Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas E e O em sílaba átona», in *Estudos Linguísticos*, II, Coimbra, 1969, pp. 75-103.

⁸ Seria talvez interessante, nesta perspectiva, fazer experiências de leitura de textos do passado com reconstituição da pronúncia a partir da ortografia e das realizações observáveis em variedades conservadoras.

É a esta “outra forma de prestígio” que, já no séc. XVI, alude João de Barros no *Diálogo em louvor da nossa lingoagem*:

“A mi, muito me contentam os termos que se confórmam com o Latim, dádo que sejam antigos, cá destes nos devemos muito prezár, quando nom achármos serem tão correctos [por corrutos], que este labéu lhe[s] fâça perder sua autoridáde. Nam sòmente òs que achamos per escrituras antigas mas muitos que se usam antre Douro e Minho conservador da semente portuguesa, os quáis, alguns indoutos desprézam por nam saberem a raiz donde náçem”.⁹

Parece ser possível afirmar, como síntese desta primeira parte, que a adequada análise linguística de textos medievais ou renascentistas permite o tratamento oportuno de praticamente todas as rubricas programáticas que envolvem a reflexão sobre a origem, evolução e expansão da Língua Portuguesa, viabilizando, para além disso, a consideração de alguns outros aspectos de interesse que, não figurando directamente nos programas, estão (ou deveriam estar) neles implicados.

Variedades da língua portuguesa

Mas a adequada análise e explicitação/transmissão de conteúdos que estão tradicionalmente aliados à variação histórica da língua não é o único aspecto a considerar no âmbito da capacidade, que os futuros professores de português adquirem no seu estudo de história da língua, para perspetivar melhor o fenómeno da variação linguística.

Efectivamente, há uma estreita relação entre a história da língua que é, em sentido estrito, a variação diacrónica, e a variação em geral. Não é por acaso que os Programa de Português aliam, de um modo geral, o estudo das variedades sincrónicas da língua à rubrica que respeita à origem e evolução histórica do Português.

O conhecimento dos fenómenos de variação histórica da língua conduz, com efeito, ao reconhecimento de que as mudanças, na sua fase ini-

⁹ Cf. BARROS, João de — *Dialogo em Louvor da Nóssa Linguágem*, publicado juntamente com a *Grammatica da lingua Portuguesa*, ed. por M.^a Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, 1971, p. 20.

cial, são introduzidas por pequenos grupos geográfica e socialmente determinados; ou seja, a variação diacrónica radica na variação sincrónica social e/ou regional¹⁰.

A que se junta ainda o conhecimento de que a fase de propagação/expansão de uma variável “nova” se baseia em fenómenos de imitação, ou seja, a expansão de uma variável para fora do seu grupo originário restrito já depende dos critérios de prestígio¹¹ que logo se lhe aliam. E levanta-se a questão da consideração do grupo que introduz a variável. Se a mudança tem origem num grupo prestigiado ela é imitada, é adoptada como norma de referência por outros grupos e assim se expande à comunidade linguística: pelo menos nos estilos formais, todos os falantes terão tendência a realizá-la. Se, pelo contrário, a mudança tiver origem num grupo que não detém uma determinada forma de poder/prestígio, não sendo portanto adoptado como grupo de referência por outros grupos, a variável não sofre expansão para fora do grupo originário restrito e torna-se estigmatizada, constituindo uma marca daquele grupo¹².

Os valores de prestígio estão ligados a grupos que detém o poder e têm como base geográfica a região que contém os centros de poder e decisão (o que em si já é um critério accidental). Teoricamente, sob um ponto de vista estritamente linguístico, todas as variedades se equivalem. Segundo critérios estritamente linguísticos, não haveria variedades geográficas “boas” ou “más” nem variedades sociais “melhores” ou “piores”. Mas há sempre juízos de valor que poderemos genericamente apelidar de sociolinguísticos que se agregam a cada norma. E, assim, há normas prestigiadas (e prestigiantes para os seus utilizadores) e normas desprestigiadas

¹⁰ Cf. WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. — *Theoretical foundations for a Theory of Language Change*, in LEHMANN; MALKIEL, orgs. — *Directions for historical linguistics*, University of Texas Press, 1968, p. 185: “The changing linguistic structure is itself embedded in the larger context of the speech community; in such a way that social and geographic variations are intrinsic elements of the structure”.

¹¹ Já Sturtevant E. H. na obra *An introduction to linguistic science*, New Haven-Yale University Press, 1947, observa o seguinte, acerca da regularidade das mudanças fonéticas: «Before a phoneme can spread from word to word [...] it is necessary that one of the two rivals shall acquire some form of prestige (p. 81); esta observação virá a ser o ponto de partida das investigações de Labov acerca das motivações sociais da mudança linguística.

¹² Cf. LABOV, W. — *Sociolinguistic Patterns*, Pennsylvania University Press, 1973, *passim*.

(e desprestigiadas para os que as usam). A variedade padrão, erigida em *norma*, é, por definição, a língua da escola e dos meios de comunicação de massas.

Trata-se, geralmente, da variedade falada por um grupo culto, socialmente prestigiado, oriundo de uma região que historicamente, durante muito tempo, conteve os centros de poder e decisão. O que legitima essa variedade é um poder simbólico que historicamente radica num poder político, social, económico e cultural. Os centros de poder e decisão podem deslocar-se (o que é também accidental) e este facto faz com que, numa comunidade linguística, a norma-padrão, a mais dinâmica e com maior poder de atracção, seja uma variedade cuja base regional pode variar ao longo do tempo.

Na formação das variedades do Português e no estabelecer entre elas de relações de prestígio houve, portanto, um condicionamento histórico e uma influência determinante de factores socio-culturais e políticos¹³. Inicialmente, nos séculos XII-XIII, a variedade padrão do Português seria a da região de Entre-Douro e Minho; posteriormente, tendeu a fixar-se na região da Estremadura porque se verificou uma deslocação dos centros de poder para essa região ao longo dos séculos XIII-XIV. Esta deslocação está atestada na proveniência da documentação régia e da corte. Sobretudo a partir do reinado de Afonso III, os documentos são datados predominantemente de Lisboa, Leiria, Coimbra, Santarém (até meados do séc. XIII, eram predominantemente datados de Guimarães, Braga, Porto).

A variedade de Entre Douro e Minho e as variedades nortenhas em geral tornam-se desprestigiadas, a partir de então, sendo sentidas como provincianas (leia-se “afastadas do centro de poder e decisão”). Este sentimento está aliás patente no testemunho dos gramáticos do séc. XVI¹⁴.

Essa progressiva deslocação para Sul do centro de poder e decisão não se verificou tão acentuadamente no contexto político espanhol, o que explica a localização diferente, no contexto peninsular, da norma padrão do Português e do Castelhanos. É por isso que certas características das

¹³ Cf. NETO, S. da Silva — *A constituição do Português como língua nacional* in “Arquivos da Universidade de Lisboa”, XIX, 1960, pp. 103-116.

¹⁴ Veja-se, a título de exemplo, o que afirma Fernão d’Oliveira na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, Lisboa, 1536: «Sendo eu moço pequeno fui criado em sam domingos Devora onde fazião zôbaria de my os da terra porque o eu assi pronüciava següdo que o aprendera na Beira».

variedades nortenhas portuguesas se encontram igualmente no castelhano, constituindo nesta língua, norma legítima e de prestígio. No contexto peninsular, a localização mais a norte da capital (Madrid) e da importante região de Castela determina que traços nortenhos como a ausência de diferenciação entre *b* e *v* (*b = v*), a articulação de sibilantes áptico-alveolares e certos fenómenos de ditongação sejam característicos da norma prestigiada da língua castelhana. Torna-se interessante confrontar este facto com o carácter marcado e estigmatizado desses mesmos traços linguísticos no contexto português.

Portanto, o esclarecimento da razão de ser histórica das variedades torna claro que a maior ou menor legitimidade e prestígio de uma variedade linguística não resulta, como foi referido acima, de factores estrita ou exclusivamente linguísticos mas sim de factores de ordem geográfica, política, socio-cultural, económica, etc., que genericamente foram classificados como sociolinguísticos.

O conhecimento destas determinações de ordem histórica assegura ao professor uma maior capacidade de compreensão do fenómeno da variação e sensibiliza-o para adoptar a atitude mais adequada perante as produções dos alunos. Um problema difícil, que não é talvez considerado com a devida profundidade no âmbito do ensino do português. Parte-se do princípio de que a língua materna é homogénea ou, pelo menos, a escola parece encará-la como tal, assumindo o seu papel normativo e aceitando unicamente a produção da norma-padrão. A presença das variedades que dela se afastam surge aliada apenas ao critério da correcção/substituição, sendo referidas como “inadequações”. Como conciliar este facto com as referências feitas, nos Programas, ao discurso livre, desbloqueado que deve ser suscitado esporadicamente por uma correcta pedagogia do oral ou ainda com a sugestão de análise de textos literários regionais como repositório de raízes e valores culturais específicos?

É do conhecimento geral que a língua materna não é falada por todos os alunos do mesmo modo. À partida, uma comunidade linguística não é constituída por indivíduos que partilham a mesma norma. Há fracturas de ordem social, cultural e mais liminarmente geográfica (de raiz histórica também) que atravessam qualquer comunidade linguística. A escola, na própria medida em que tem que assumir um papel normativo e nivelador ¹⁵

¹⁵ Exercendo a sua actividade normativa, tendencialmente uniformizadora, favorecendo a assimilação de padrões de conduta.

dessas fracturas, *não poderá ignorá-las*, sob pena de esconder a realidade multifacetada da língua. Não é certamente produtivo ignorar um aspecto fundamental da própria definição de língua que é a sua variação diatópica e diastrática porque ela está em interacção com a variação situacional cuja importância é reiteradamente afirmada a propósito da adequação dos discursos às situações de comunicação.

Por outro lado, o professor de língua materna é diariamente confrontado com este tipo de variação e muito particularmente em certas regiões em que se verifica grande diversidade linguística e a não-coincidência com a norma mais prestigiada. Para muitos alunos do ensino básico e secundário a variedade de pertença não coincide com a variedade padrão do português. Alguns desses alunos não terão sequer acesso à norma mais prestigiada em termos de produção, só a reconhecendo como variedade de referência, encontrando-se, portanto na situação de subdesenvolvimento verbal que costuma corresponder à produção única/exclusiva de uma variedade geográfica ou social “ilegítima”, porque desprestigiada ou estigmatizada.

A compreensão do fenómeno da variação e da sua origem histórica retira parte da reacção subjectiva, isto é, dos juízos de valor sociolinguísticos do falante comum porque os filtra através da objectividade científica. O professor não tem, evidentemente, que ensinar/explicar isso aos alunos, uma vez que esse conhecimento não constitui directamente objecto de ensino-aprendizagem, mas faz parte da sua formação, como desde o início sublinhei, e permite-lhe interpretar os dados de modo mais profundo, reagindo de modo mais adequado às circunstâncias específicas de cada situação escolar. Assim, perante um aluno que produz uma variedade desprestigiada, o professor poderá construir certas inferências como por exemplo:

- grupo de pertença provável X
- origem geográfica eventual Y
- qual é a variedade, ou conjunto de variedades, que produz?

e não o juízo de valor — Que mal que fala!... — ainda que ele/ela efectivamente fale “mal” português se produzir aquela variedade em certas situações de comunicação. Provavelmente aquela mesma variedade será “bom” português no seu ambiente familiar ou dependendo do contexto espacial da comunicação e dos intervenientes em causa.

O professor poderá equacionar o caso do seguinte modo: o aluno (qualquer aluno) terá todo o interesse, particularmente em situação formal, em produzir uma variedade que se aproxime da norma-padrão. Tem que adquirir variáveis de prestígio, uma vez que disso depende também a eficácia do seu uso da língua. A escola tem que transmitir o “valor” das variáveis prestigiadas, como forma de promoção social¹⁶. Deverá, no entanto, ser feita simultaneamente uma tentativa de despenalização: as variáveis que se afastam da realização padrão podem não ser classificadas genericamente como inadequações, mas como diferenças.

Afirma-se repetidamente a importância da aquisição de uma capacidade de adequação do discurso às situações de comunicação. Ora essa adequação passa pela escolha do estilo próprio definido por essa situação. Por exemplo, a imagem que o locutor faz, ou dá, ou pretende dar de si próprio repousa certamente na estratégia de escolha do estilo, isto é, do modo como diz. E este “modo de dizer”, que engloba também a variedade produzida, depende da integração maior ou menor de variáveis de prestígio no seu discurso, de acordo com os parâmetros da comunicação (e entre eles a imagem que faz do alocutário...). Os falantes têm vantagens no domínio da norma mais prestigiada e na aprendizagem da adequação do seu discurso às situações, particularmente em interações fortemente estruturadas por restrições sociais. Esta adequação pode ser também definida em termos da variedade produzida. Sem esquecer, no entanto, que o falante não pode/deve perder a sua identidade e outros valores primordiais, e que a sua variedade de pertença, mesmo quando não coincide com a norma padrão e é desprestigiada, constitui, por outro lado, um repositório das raízes e valores patrimoniais de uma cultura colectiva, regional.

Este direito à diferença não pode ser exclusivo das produções literárias regionais; deve também ser garantido na produção linguística. As variedades de pertença que não coincidem com a norma padrão poderão ser admitidas quando for suscitado o uso oral desbloqueado.

Se a aula de língua materna é o lugar da tomada de consciência do modo de agir pela fala, inserindo-a em situações de comunicação, é segu-

¹⁶ Este objectivo poderia ser atingido através de diferentes tipos de actividades como por exemplo a observação de mudanças em curso; a análise do discurso de personagens envolvidas em fenómenos de ascensão social, com referência ao chamado “cómico de linguagem”, que constitui um efeito do fenómeno de estigmatização (sendo o riso a primeira forma de sanção social); observação empírica das diferentes realizações de certas variáveis, com constatação de juízos de valor subjectivos.

ramente também o lugar privilegiado da tomada de consciência das estratégias ou jogos de adequação da variedade linguística produzida. Dados os critérios de prestígio que se aliam às variedades, os alunos não falam só variedades diferentes do português, como também falam variedades com diferente grau de prestígio. Logo, não se trata só de diferença, mas também e sobretudo de desigualdade. E o ensino da língua materna deve estar no centro de toda a acção tendente a anular a desigualdade.

Procurei demonstrar que quer a perspectiva diacrónica de análise da variação, quer a perspectiva sincrónica, pressupõem uma formação em História da Língua. E parece desejável uma convergência entre as duas perspectivas: só ela permitirá uma prática pedagógica que não fique limitada ao estudo de fenómenos isolados, tradicionalmente considerados históricos, mas que parta de um profundo conhecimento do fenómeno de variação, redefinida no sentido mais amplo do termo. E a variação da língua é sempre histórica.

Clara Barros